

## PESQUISA DATAFOLHA REVELA QUE BRASILEIROS APÓIAM AUMENTO DE IMPOSTOS E PREÇOS DE CIGARROS

**63% da população brasileira concordam com aumento e 88% acham que impostos pagos pela indústria de tabaco deveriam ir para o setor de saúde**

Uma pesquisa nacional, feita pelo Instituto Datafolha a pedido da Aliança de Controle do Tabagismo – ACT revela que a maioria da população brasileira é favorável a um aumento de impostos sobre produtos de tabaco: **63% dos entrevistados concordam com a medida**. É interessante notar que o grau de concordância é equilibrado por sexo e idade, revelando que o preço do cigarro e os impostos que incidem sobre ele são percebidos de maneira semelhante pela população brasileira.

	Total	Sexo		Idade		
		Masc	Fem	18 a 25	26 a 40	41 anos ou +
CONCORDA	63	63	63	62	63	64

Fonte: Datafolha, abril de 2008

Da mesma forma, a porcentagem se mantém equilibrada quando se observa pelos aspectos de classe social e grau de escolaridade:

	Total	Escolaridade			Classe Social		
		Fundamental	Médio	Superior	A/B	C	D/E
CONCORDA	63	65	62	58	57	63	69

Fonte: Datafolha, abril de 2008

Quando perguntados se os impostos pagos pela indústria de tabaco deveriam ser destinados à área de saúde, a concordância é ainda maior: 88% dos entrevistados são favoráveis à iniciativa. A



Aliança de Controle do Tabagismo

distribuição também se dá de forma equivalente, independente de sexo, idade, escolaridade e classe social.

A pesquisa foi feita entre os dias 26 e 27 de março de 2008, sendo entrevistadas 1.992 pessoas acima de 18 anos, das quais 77% são não fumantes e 23% fumantes, em 120 municípios nas regiões sul, sudeste, norte, nordeste e centro-oeste do país.

Sobre o fumo em ambientes fechados, o Instituto Datafolha constatou que a grande maioria da população brasileira, 88%, é contrária e 82% são totalmente contra. É interessante observar que 80% dos fumantes são contrários ao fumo em locais fechados, sendo que 69% são totalmente contra.

A pesquisa Datafolha também perguntou sobre o projeto de lei para a mudança da lei 9294/96, que propõe a proibição total do fumo em ambientes fechados: dois terços (68%) são favoráveis. A indústria do tabaco dissemina o mito segundo o qual a frequência a estes locais vai cair e gerar perdas econômicas. Mas esta tese é derrubada pelos dados encontrados na pesquisa. Perguntados sobre a possibilidade de proibição do fumo nos quatro ambientes pesquisados (bares, restaurantes, lanchonetes e casas noturnas), 88,5% dos entrevistados disseram que sua frequência a estes locais não mudará (63,5%) ou será maior (25%).

A pesquisa mostra que a população brasileira tem conhecimento sobre os problemas que o fumo causa à saúde, tanto de fumantes quanto de não fumantes. Quase a totalidade dos entrevistados acredita que o fumo em locais fechados causa muitos prejuízos à saúde, mesmo em quem não é fumante (83%).

*“Para a ACT, é muito interessante ver que uma das medidas preconizadas pela OMS para reduzir o consumo de produtos de tabaco tem o apoio da população. O aumento do imposto sobre tabaco serve como um meio para desestimular o consumo entre jovens, além de ajudar os usuários a parar de fumar”, diz Paula Johns, diretora-executiva da ACT, e acrescenta: “o cigarro brasileiro é ridiculamente barato. Um estudo comparativo entre 29 países revela que, no Brasil, se compra o maço de Marlboro mais barato: R\$2,8, que ao câmbio atual custa cerca de US\$ 1,75. Na Inglaterra, o preço é US\$ 5,42”.*

### **Informações Adicionais**

#### **O RELATÓRIO MPOWER DA OMS**

No início do ano, a Organização Mundial da Saúde lançou sua primeira análise mais abrangente sobre os esforços no controle do tabagismo e faz um alerta: apenas 5% da população mundial vivem em países com adoção de medidas-chaves que reduzem as taxas do tabagismo.

O documento também revela que os governos, na maioria dos países, recolhem 500 vezes mais dinheiro nos impostos sobre produtos de tabaco a cada ano do que gastam em esforços de controle do tabagismo. Isso mostra que o aumento dos preços e impostos sobre tabaco, a estratégia mais efetiva, pode ser significativamente empreendida em todos os países, fornecendo

uma fonte de fundos sustentáveis para implementar e reforçar a abordagem recomendada pela OMS. Além do aumento de preços e impostos, os outros pontos que a entidade destaca são:

- Monitorar o uso do tabaco e as políticas de prevenção.
- Proteger as pessoas contra a fumaça do tabaco.
- Oferecer ajuda para cessação.
- Advertir sobre os riscos à saúde.
- Reforçar a proibição de propaganda, promoção e patrocínio pelas empresas de tabaco.

## **ESTUDO DA ACT SOBRE POLÍTICA DE PREÇOS E IMPOSTOS**

O economista Roberto Iglesias, da PUC-Rio, fez uma análise sob pedido da ACT que derruba um dos principais mitos divulgados pela indústria do tabaco: o de que aumentar preços e impostos sobre cigarros estimula o comércio ilegal. No estudo, feito entre 1991 e 2008, Iglesias mostra que o preço real atual dos cigarros está 15%% abaixo do que era praticado em dezembro de 1993, período em que os cigarros eram os mais caros nesta análise.

Segundo a ACT, com inflação e aumento do poder de compra do consumidor, os cigarros estão mais acessíveis.

De acordo com o estudo da ACT, em janeiro de 2008 a relação IPI – Classe I/ Preço do cigarro IBGE estava em 23,45%. O IPI- Classe I era R\$ 0,619 e o preço médio do cigarro Classe I era, segundo o IBGE, de R\$ 2,64. Caso a relação IPI-Classe I-III R/Preço do cigarro fosse elevada em 30%, uma proposta razoável para um produto com tantos efeitos nocivos sobre a saúde, teria um impacto de aproximadamente 24% no preço ou talvez um pouco menos, mas o mais importante, do ponto de vista da saúde pública, é que o preço real voltaria aos níveis de dezembro de 1993. Já do ponto de vista tributário não há nada a temer. Esse aumento de imposto de 30% por cada maço de cigarro reduziria o consumo total em 8%, tendo um potencial muito alto de aumentar a arrecadação tributária do IPI – cigarro: estima-se uma percentagem próxima de 15%.

A tabela 1, abaixo, mostra uma série de aumentos de imposto e a resposta que poderá proporcionar no percentual de consumo.

**Tabela 1**  
**Aumento de imposto, alta de preços e queda no consumo de cigarros**

Aumento médio do IPI para as Classes (I-III-R)	Impacto provável no preço nominal (80%)	Nível do preço real após 6-10 meses (Dez 1993= 100)	Efeito-Preço no consumo por adulto	Efeito-Renda no consumo por adulto (2,5%)	Efeito no Consumo total
20%	16%	96	-6%	+2%	-2%
30%	24%	106	-11,5%	+2%	-8%

Fonte: Baseado em Iglesias e outros (2007). Banco Mundial.

Esta estimativa está de acordo com a da OMS, que prevê que um aumento de 70% no preço do tabaco poderia prevenir um quarto de todas as mortes relacionadas ao tabagismo em todo o mundo. Um aumento de 10% poderia causar uma queda de 4% no consumo em países de alta renda e de 8% nos de baixa e média rendas, com a receita provenientes dos impostos subindo.

## MERCADO ILEGAL

A indústria do tabaco alega, em todos os países onde um aumento de preços e impostos é proposto, que a medida levaria a um aumento significativo do mercado ilegal e do contrabando.

Na análise, Iglesias mostra que a redução do preço real e a da relação IPI/ Preço do Cigarro não diminuíram significativamente o volume do mercado ilegal no Brasil.

Houve uma queda abrupta do preço real entre 1998 e 2003, de aproximadamente 17%. O mercado ilegal diminuiu, passando de 37% para 32% do mercado total, ou seja, uma queda de 13%, que é absurdamente alto para os padrões mundiais.

Nos últimos anos, o preço real aumentou um pouco e nem por isso o mercado ilegal aumentou. Fica claro que, no mínimo, não há uma relação clara entre mercado ilegal e preço do cigarro.

A experiência internacional indica que o volume de contrabando depende de outras variáveis e não do preço que o país pratica. Finalmente, em 2007, houve aumento real de preços do cigarro e não há nenhuma evidência de alteração do mercado ilegal.

A relação IPI/Preço do cigarro passou de 42,5% para menos de 25%, uma queda de quase 20 pontos percentuais, com impostos significativos na arrecadação total de IPI-cigarro. O mercado ilegal permaneceu em torno de 30% do mercado total, caindo 5% em relação ao pico de 1998, mas mantendo os níveis de 1997.



Para mais informações, entre em contato com nossa assessoria de imprensa:

**São Paulo**

Acontece Comunicação  
Chico Damaso ou Monica Kulcsar  
(11) 3873-6083 / 3871-2331  
[acontece@acontecenoticias.com.br](mailto:acontece@acontecenoticias.com.br)  
[chicoacontece@uol.com.br](mailto:chicoacontece@uol.com.br)

**Salvador**

Daniela Guedes  
(71) 3374 1384 / 9134 7897  
[danielaguedes@actbr.org.br](mailto:danielaguedes@actbr.org.br)

Brenda Medeiros

(71) 9971 3010  
[brendamedeiros@actbr.org.br](mailto:brendamedeiros@actbr.org.br)

**Rio de Janeiro**

Anna Monteiro  
(21) 3311-5640 / 8152-8077  
[Anna.monteiro@actbr.org.br](mailto:Anna.monteiro@actbr.org.br)